Linhares Geração S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **1**

Balanços patrimoniais **5**

Demonstrações dos resultados **6**

Demonstrações dos resultados abrangentes **7**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **8**

Demonstrações do fluxos de caixa **9**

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras **10**

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua São Bento, 18 -
15º e 16º andares
20090-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: + 55 (21) 3981-0500
Fax: + 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Linhares Geração S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhares Geração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Linhares Geração S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Instrumentos financeiros derivativos

Por que é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13às demonstrações financeiras, em 23 de outubro de 2021, a Companhia firmou um contrato de Compra e Venda de Gás Natural, na modalidade Firme Inflexível, com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, em conexão com o Leilão Emergencial, conforme Procedimento Competitivo Simplificado - PCS nº 1/2021 - ANEEL, destinado a contratar energia de reserva, nos termos das diretrizes estabelecidas na Portaria Normativa nº 24/GM/MME, de 17 de setembro de 2021.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Dado o cenário de risco agregado do contrato (“JKM - Japan Korea Marker” e dólar), a Administração da Companhia decidiu contratar instrumentos derivativos combinados do tipo (No Deliverable Forward) NDF de JKM e “swaps” de dólar para real para fazer as coberturas necessárias do contrato, bem como avaliar a designação dessas coberturas como “hedge accounting” para a elaboração de suas demonstrações financeiras, seguindo as disposições técnicas do pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

Diante das exposições anteriormente mencionadas , a Companhia contratou operações futuras mensais de derivativos do tipo NDF de JKM, atreladas a cada uma das datas das obrigações do contrato de compra de gás natural, com objetivo de travar seu fluxo de caixa variável denominado em dólar, cobrindo, dessa forma, os passivos denominados em JKM para toda a vida do contrato. Além disso, a Companhia contratou operações de “swap” de USD para R$ remunerado a uma taxa de juros fixa mais variação do IPC-A, ficando, dessa maneira forma, exposta na ponta final em moeda local (R$) mais juros. De acordo com o “swap”, portanto, a Companhia recebe USD e paga R$ mais juros fixos + variação do IPC-A.

Devido à complexidade relacionada às premissas e à metodologia utilizada e, consequentemente, à mensuração das informações que devem ser contabilizadas e divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações financeiras avaliem a natureza e os efeitos financeiros dessa operação de instrumentos financeiros derivativos, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura dos documentos relacionados à designação do “hedge”; (ii) leitura dos contratos firmados com as instituições financeiras; (iii) utilização de especialistas para avaliação das premissas utilizadas na modelagem financeira e da exatidão e integridade das informações utilizadas, bem como dos cálculos efetuados, confrontando, quando disponíveis, com informações do mercado; (iv) confirmação externa; e (v) avaliação da adequação das divulgações apresentadas pela Companhia de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48/IFRS 9.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a mensuração e classificação dos instrumentos financeiros derivativos supracitados, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes contidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 1º de março de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não ter nenhuma alternativa real para evitar o encerramento das operações.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, são livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de forma compatível com o objetivo de apresentação adequada.

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Deloitte.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das atividades que constatam significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

2022RJ014292_

© 2022. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Linhares Geração S/A

Balanços patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e Equivalente de caixa	5	92.283	5.380
Títulos e Valores mobiliários	6	-	86.575
Clientes	7	129.629	70.974
Tributos a recuperar	8	10.161	6.782
Estoques	9	23.514	22.283
Despesas antecipadas		1.534	1.201
Serviços em Curso	10	953	245
Adiantamento a fornecedores	11	3.816	8.746
Outros créditos		256	202
		262.146	**202.388**
Não circulante			
Despesas antecipadas		582	843
Instrumento Financeiro Derivativo	12	99.384	-
Imobilizado	13	399.566	296.853
Intangível	14	9.789	9.162
		509.321	**306.858**
		771.467	**509.246**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	15	60.995	34.477
Empréstimos	18	154.410	6.004
Debêntures	16	38.727	35.259
Tributos a recolher		12.256	6.652
Obrigações setoriais		2.201	321
Dividendos propostos	20.a	-	7.770
Partes Relacionadas	17	10.000	-
Outros Passivos		6.514	4.747
		285.103	**95.230**
Não circulante			
Empréstimos	18	33.794	36.904
Debêntures	16	75.973	103.545
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.a	85.464	47.812
Obrigações Vinculadas à Concessão e Permissão Publica		1.863	1.947
Provisão para Contingência	26	6.474	5.835
		203.568	**196.043**
Patrimônio líquido	21		
Capital social		70.558	110.558
Reserva de capital		10.600	10.600
Outros Resultados Abrangentes		65.593	-
Reserva de lucro		88.566	65.254
Dividendos Adicionais Propostos		47.479	31.561
		282.796	**217.973**
		771.467	**509.246**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Linhares Geração S/A
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida	22	646.217	378.488
Custos dos serviços prestados	23	(478.123)	(286.302)
Lucro bruto		168.094	92.186
Despesas gerais e administrativas	24	(6.329)	(4.962)
Outras receitas		6.807	11
Resultado operacional		168.572	87.235
Receita Financeira		2.022	1.152
Despesa Financeira		(25.385)	(20.535)
Resultado Financeiro	25	(23.363)	(19.383)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		145.209	67.852
Imposto de renda e contribuição social corrente	20.a	(21.482)	(10.577)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20.a	(4.918)	(1.947)
Lucro líquido do exercício		118.809	55.328
Lucro por Ação (Básico e diluído) – em R$		1,68	0,50

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Linhares Geração S/A
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do exercício		118.809	55.328
Derivativo (Hedge) líquido dos efeitos tributários	13.1 c	65.593	-
Resultado abrangente total		184.402	55.328

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Linhares Geração S/A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de Resultado Abrangente	Reservas de lucro		Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Total
					Reserva Legal	Subvenção para Incentivos Fiscais			
Em 31 de dezembro de 2019		110.558	10.600	-	12.212	39.795	4.318	-	177.483
Pagamento de dividendos adicionais	21.a	-	-	-	-	-	(4.318)	-	(4.318)
Lucro líquido do exercício	21.a	-	-	-	-	-	-	55.328	55.328
Constituição de reservas	21.a	-	-	-	2.766	10.481	-	(13.247)	-
Dividendos intercalares	21.a	-	-	-	-	-	-	(2.750)	(2.750)
Dividendos mínimos obrigatórios	21.a	-	-	-	-	-	-	(7.770)	(7.770)
Dividendos propostos	21.4	-	-	-	-	-	31.561	(31.561)	-
Em 31 de dezembro de 2020		110.558	10.600	-	14.978	50.276	31.561	-	217.973
Pagamento de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	(31.561)	-	(31.561)
Lucro líquido do exercício	21.a.vi	-	-	-	-	-	-	118.809	118.809
Outros Resultados Abrangentes	13.c	-	-	65.593	-	-	-	-	65.593
Constituição de reservas	21.a	-	-		-	23.313	-	(23.313)	-
Dividendos intercalares	21.a	-	-	-	-	-		(48.017)	(48.017)
Dividendos propostos	21.a	-	-	-	-	-	47.479	(47.479)	-
Redução de capital	18	(40.000)	-	-	-	-	-	-	(40.000)
Em 31 de dezembro de 2021	**21**	70.558	10.600	65.593	14.977	73.589	47.479	-	282.796

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Linhares Geração S/A
Demonstrações do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		118.809	55.328
(+) Ajustes			
Depreciação e amortização	14 e 15	14.228	12.876
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20	4.918	1.947
Despesas de juros de debêntures	25	8.862	10.593
Atualização monetária de debentures	25	12.423	5.921
Atualização monetária de empréstimo	25	2.577	451
Marcação a mercado - Resultado não realizado	25	27	2.457
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	14	5.341	83
Atualização de títulos e valores mobiliários	7	-	(689)
(+) Variações nos ativos e passivos			
Clientes		(58.655)	(21.771)
Estoque		(1.231)	125
Outros créditos		718	(11.732)
Fornecedores		26.517	12.927
Tributos a recolher		25.147	12.045
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(1.056)	2.926
Outros passivos		4.998	401
IRPJ e CSLL pagos		(19.543)	(9.751)
Provisão para contingência		639	5.835
Juros pagos das debêntures	17.a	(8.897)	(10.671)
Juros Pagos do Empréstimo	19	(2.744)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**133.078**	**69.301**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários		-	(205.872)
Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	7	86.575	119.986
Aquisições de bens do ativo imobilizado	14	(122.257)	(858)
Contingência – Intangível	15	(639)	(5.835)
Aquisições de bens do ativo intangível	15	(13)	(45)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(36.334)**	**(92.624)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de Empréstimos	19	150.000	40.000
Dividendos Intercalares	21.a.vii	(48.017)	(2.750)
Dividendos adicionais	21.a.vi	(39.331)	(4.318)
Amortização de principal das debentures	17	(36.492)	(33.863)
Amortização do principal do empréstimo	19.	(6.000)	-
Redução do Capital	18	(30.000)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(9.841)**	**(931)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		86.903	(24.254)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.380	29.634
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**92.283**	**5.380**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas sobre às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais

A Linhares Geração S.A. ("Companhia" ou "LGSA") é uma Sociedade anônima de capital fechado com sede em Linhares, no estado do Espírito Santo. Seu controlador integral é a Linhares Brasil Energia Participações S.A., que por sua vez tem como controlador o BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Investimento em Participações em Infraestrura (FIP).

A Companhia foi constituída em 24 de outubro de 2008, com o propósito de implantar a Unidade Termoelétrica (UTE) no município de Linhares. O projeto compreende a implantação e operação de uma usina termelétrica movida a gás natural com capacidade instalada de 204 MW. A Companhia obteve a licença de operação em 13 de dezembro de 2010, cujo fornecimento de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN) iniciou em janeiro de 2011.

Em 4 de março de 2009, a Portaria MME nº 103 autorizou a Companhia a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica.

A Companhia possui 33 contratos de venda de energia por disponibilidade firmados junto a distribuidoras de energia, para o período de 2022 a 2025, com receita fixa anual de R$103.533 que é reajustada pelo IPCA acumulado LTM todo mês de novembro de cada ano. Os bens da Companhia não serão reversíveis no final do prazo de autorização, que se encerrará em dezembro de 2043.

A Companhia goza de incentivos fiscais, dentre eles o diferimento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos, destinados à integração no ativo imobilizado e para as compras do gás, quando adquiridos internamente no Estado do Espírito Santo, reduzindo a carga tributária efetiva, conforme cláusula 3ª do Termo de Acordo INVEST-ES 152/2009. Concernente ao Imposto de Renda a Companhia usufrui do benefício de redução de 75% da alíquota e adicionais não restituíveis conforme Laudo Constitutivo nº 0067/2011 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

a. Impactos do COVID-19 nas Demonstrações Financeiras

Através do 6°Leilão nº 02/2008-ANEEL, realizado no dia 17 de setembro de 2008, a Companhia concretizou a venda de toda sua energia para 30 distribuidoras integrantes do Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio de um Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado denominado "CCEAR", com início da vigência na presente data do leilão e encerrando-se no dia 31 de dezembro de 2025. Atualmente conta com 33 distribuidoras.

A LGSA vendeu a 98% de sua disponibilidade nesse leilão, desta forma não está sujeita a variação do PLD e ou liquidação via CCEE no ambiente livre.

Apesar de estar no ambiente regulado a LGSA, no início da Pandemia da COVID 19, recebeu cartas de poucas distribuidoras alegando "força maior" e pleiteando a redução dos CCEARs, na proporção da queda de seus mercados.

As geradoras e principalmente os bancos financiadores do longo prazo, refutaram essa tese e o regulador, para o bem de todo o setor, atuou no sentido de liberar crédito adicional do fundo de reserva, objetivando preservar a liquidez do setor elétrico. A ANEEL trabalhou na estruturação de empréstimos de bancos com garantia de um ativo regulatório, dentro do balanço das próprias concessionarias.

A Companhia vem recebendo os valores dos clientes normalmente sem nenhuma inadimplência, como de costume. Em 2021 não houve inadimplência na LGSA.

No tocante ao capital humano da LGSA, os dois escritórios administrativos foram esvaziados no início da pandemia e nenhuma redução nos quadros aconteceu. No ano de 2021 a planta operou e regras mais rígidas de acesso foram implantadas, tais como:

(i) monitoramento contínuo de nossos colaboradores e de seus familiares;

(ii) substituição das reuniões físicas por videoconferências e audioconferências;

(iii) campanhas internas de conscientização e orientações de higienização e lavagem frequente das mãos, cuidados ao tossir e espirrar e evitar aglomerações;

(iv) reforço na limpeza e higienização dos ambientes da usina e escritório;

(v) fornecimento de álcool em gel de bolso, máscaras e luvas para todos os colaboradores;

(vi) fixação de dispenser de álcool em gel em pontos estratégicos da usina e do escritório administrativo;

(vii) fixação de mensagens em locais visíveis aos colaboradores sobre os cuidados de prevenção sobre o Coronavírus;

(viii) testagem semanal de todos os colaboradores dos escritórios - matriz e Filiais.

A administração entende que o ano trouxe muitos desafios, mas teve um desfecho extremamente positivo com uma performance operacional e financeira acima do orçado para o período.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") em consonância com a Lei das S.A.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2022.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

a. Base de preparação

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

d. Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros é de acordo com o CPC 48 / IFRS9, sendo baseado no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

(iii) Mensurados ao custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

(iv) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment)*.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não identificou nenhuma perda (*impairment*) a ser reconhecido no resultado do exercício.

Passivos Financeiros

(i) Classificação e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR) caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para assegurar suas exposições ao CDI, visto que nossas operações são mantidas e atualizadas pelo IPCA e em Hedge para assegurar o valor do gás natural (insumo da operação) atualizados pelo índice JKM (Japan, Korea e Marker).

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são registradas no resultado e registradas por meio dos resultados abrangentes.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps de moeda e contratos a termo de commodities, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio e riscos de preço de commodities, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor de custo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

A Companhia utiliza Swaps de moedas como hedge de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em compromissos firmes, bem como contratos futuros de JKM para sua exposição à volatilidade nos preços de compra de Gás Natural.

Diante do compromisso firme da compra de Gás Natural, a Companhia entende e considera o risco agregado de fluxo de caixa na cobertura do passivo em JKM e o SWAP de USD para R$ como sendo sua exposição final em moeda local R$, sendo que, para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são designados exclusivamente considerando os elementos a termo como, sendo os efeitos reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Desta forma, a Companhia considerou uma estratégia de designação combinada de "hedge accounting" considerando ambos os instrumentos derivativos (contratados a cobertura dos riscos agregados), fazendo, portanto, a designação do Cash Flow Hedge em cima do Fair Value Hedge (designações em camadas):

A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo as questões qualitativas). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:
Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge;
O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e
O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a Companhia efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.
O montante registrado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado nos períodos durante os quais os hedge forem liquidados. um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

e. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e comercialização de energia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment) – IFRS 9 Risco de Perda Esperada*. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda esperada, se necessária.

f. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

g. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado.

h. Imobilizado

Terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e custos gerais com a construção da planta, compreendem o custo de construção da usina termelétrica.

O imobilizado da usina termelétrica é depreciado considerando a vida útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente.

i. Intangível

Compreendem os gastos incorridos com indenizações pagas pela Companhia pelo direito de uso de passagem de linha de transmissão (servidões), conforme determina a Resolução ANEEL nº 367 de 2009 e 474 de 2012 e software para os equipamentos de informática cuja amortização é de 20% ao ano.

j. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente para qual não identificamos indícios de *impairment*.

k. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

m. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

n. Empréstimos

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

o. Debêntures

As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de captação, que representa seu valor justo no reconhecimento inicial. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

p. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

q. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

r. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor presente na prestação de serviço de disponibilidade e geração de energia e de receita realizada até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos nos contratos CCEAR (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado).

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (Impairment) estimada de ativos não financeiros

Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia analisou e não identificou nenhum indicativo de "impairment".

4 Novas Normas e interpretações ainda não efetuadas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a. Alteração em pronunciamentos contábeis em vigor

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40; IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b. Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

5 Gestão de risco financeiro

a. Fatores de risco financeiro

(i) Risco de crédito

A Companhia vendeu em 2008, no 6º leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a totalidade de sua energia, garantida sob o Regime Regulatório. Com isso, toda sua receita vem de contratos regulados que contém penalidades em caso de inadimplemento, tais como multa, juros e correção monetária, bem como implicações negativas para os clientes que descumprirem suas obrigações com a Companhia (inscrição no cadastro de inadimplentes perante a ANEEL). Sendo assim, entendemos que não há risco de crédito pela natureza dos contratos.

(ii) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos das debêntures e empréstimos considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

	Vencimentos	**Valor**
Debêntures	2022	38.727
Debêntures	2023	45.757
	2024	30.216
		75.973

	Vencimentos	**Valor**
Empréstimo	2022	154.410
	2023	33.794

(iii) Risco de taxas de juros

A Companhia não está exposta ao risco em que uma variação de taxa de juros provoque um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.
Os Debêntures – Sujeita à variação do IPCA;

Empréstimos – Sujeito a variação do CDI, na contrapartida efetuamos a contratação de instrumento financeiro (SWAP) para conversão da taxa para IPCA;
Receitas Fixas dos contratos de comercialização no ambiente regulatório CCEAR – indexados pelo IPCA.

(iv) Valorização dos instrumentos de ativo e passivos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos de ativo e passivos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, debêntures e empréstimos.
Os valores registrados no ativo têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização e/ou avaliação:

Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores
Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

Debêntures
As debêntures foram reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidas dos custos de transação. Em seguida, as debêntures são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescidas de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

Empréstimos
Os empréstimo são reconhecidos ao custo amortizado, ou seja, a atualização do valor principal é pela taxa efetiva da operação diariamente.

Instrumentos financeiros derivativos
Os instrumentos financeiros derivativos, são mensurados pelo valor justo através do resultado e pelos outros resultados abrangentes.

b. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como, nos compromissos previstos nos contratos de financiamentos assinados.
O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2021	31/12/2020
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	488.671	291.273
Total do patrimônio líquido	282.796	217.973
Índice de alavancagem financeira	1,73	1,34

c. Instrumentos financeiros por categoria

	2021	
Ativos Financeiros Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Caixa e equivalente de caixa	92.283	92.283
Clientes	129.629	129.629
	221.912	221.912
Passivos Financeiros Mensurados pelo custo amortizado	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Fornecedores	60.995	60.995
Debentures	114.700	114.700
Empréstimos	188.204	188.204
	363.899	363.899

	2020	
Ativos Financeiros Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Caixa e equivalente de caixa	5.380	5.380
Títulos e valores mobiliários	86.575	-
Clientes	70.974	70.974
	162.929	76.354
Passivos Financeiros Mensurados pelo custo amortizado	**Valor Contábil**	**Valor Justo**
Fornecedores	34.477	34.477
Debentures	138.804	138.804
Empréstimos	42.908	42.908
	216.189	216.189

d. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 2.

e. Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1 –** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2 –** Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3 –** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

f. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considerada mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

		2021			
Premissas	**Efeitos das contas sobre o resultado**	**Saldo**	**Cenário I**	**Cenário Atual**	**Cenário II**
CDI	Aplicações financeiras	92.232	2,42% 2.232	4,42% 4.077	6,42% 5.921
CDI	Títulos e valores mobiliários	-	2,42% -	4,42% -	6,42% -
IPCA	Debêntures	114.699	8,06% 9.245	10,06% 11.539	12,06% 13.833
IPCA	Empréstimo	188.204	8,06% 15.169	10,06% 18.933	12,06% 22.697

		2020			
Premissas	**Efeitos das contas sobre o resultado**	**Saldo**	**Cenário I**	**Cenário Atual**	**Cenário II**
			0,75%	2,75%	4,75%
CDI	Aplicações financeiras	5.345	40	147	254
			0,75%	2,75%	4,75%
CDI	Títulos e valores mobiliários	86.575	649	2.381	4.112
			2,52%	4,52%	6,52%
IPCA	Debêntures	138.804	3.498	6.274	9.050
			2,52%	4,52%	6,52%
IPCA	Empréstimo	42.908	1.081	1.939	2.798

6 Caixa e Equivalente de Caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	2	2
Banco	49	33
Aplicação Financeira – Corp Plu DI*	1.958	5.345
Aplicação Financeira – CDB*	811	-
Aplicação Financeira – Compromissada – CDB/LCA*	89.463	-
	92.283	5.380

(*) As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 possuem liquidez imediata, não possuem vencimentos e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

7 Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Aplicação Financeira – CDB (*)	-	86.575
	-	86.575

(*) As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósitos Bancário – CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica de alta liquidez, baixo risco de crédito remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8 Clientes

Engloba a receita de disponibilidade e geração de energia até 31 de dezembro de 2021 e de 2020, contabilizada com base no regime de competência.

A Companhia não possui perda esperada, pois todo o saldo é liquidado em até 45 dias.

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecimento de Energia Gerada (a)	117.114	60.585
Disponibilidade	11.978	10.299
Receita de Venda no Mercado de Curto Prazo	537	90
	129.629	70.974

(a) Para atendimento aos despachos pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), no exercício de 2021, a Companhia realizou operações de geração e venda de energia, o que acrescentou significativamente o saldo do contas a receber.

9 Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	46	26
Crédito de PIS e COFINS sobre imobilizado (a)	1.250	144
Crédito de PIS e COFINS sobre compra de matéria-prima (b)	6.136	2.955
Outros	2.729	3.657
	10.161	6.782

a. Crédito de PIS e COFINS sobre ativo imobilizado

A Companhia manteve o controle dos créditos a recuperar de PIS e COFINS sobre bens adquiridos e serviços tomados no decorrer dos anos. A compensação dos créditos de PIS e COFINS sobre compra de ativo imobilizado tem o prazo de 24 meses, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

b. Crédito de PIS e COFINS sobre matéria-prima

A Companhia controla os créditos a recuperar de PIS e COFINS que foram calculados sobre os custos utilizados diretamente na operação e manutenção da usina termelétrica, conforme determina a IN 10.633 de 12/2003.

10 Estoques

Corresponde a itens para a manutenção e conservação das máquinas e equipamentos da Companhia no valor de R$23.514 (R$22.283 em 31 de Dezembro de 2020)**.**

11 Serviços em curso

Nos termos da Lei 14.120/2021, a LGSA está obrigada a investir 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento (“P&D”) do setor elétrico, dos quais 28% devem ser direcionados a projetos de P&D segundo os regulamentos da ANEEL.

	31/12/2021	31/12/2020
Projeto de Gestão 2019-2020	-	113
Projeto de Gestão 2021-2023	50	-
Projeto Cratos	903	132
	953	245

12 Adiantamento a Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento – UG 21 (a)	-	3.974
Adiantamento – UG 19 (a)	-	3.667
Importação de ativo imobilizado	3.110	327
Material entrega futura	-	136
P&D	-	528
Outros	706	114
	3.816	8.746

(a) Referem-se a adiantamentos para aquisição de novo motor na unidade geradora 19 e para reparo na unidade geradora 21.

13 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de câmbio e de variação do JKM relacionados ao compromisso firme decorrente do contrato de fornecimento de Gás Natural, os quais estão gerenciados com instrumentos derivativos.
A estratégia de gerenciamento de risco da Companhia aplicável aos saldos consolidados é descrita na nota explicativa 2.d.ii da prática contábil.

13.1 Derivativos designados como instrumentos de hedge

a. Risco de preço de hedge e de JKM

A Companhia possui um contrato firme de compra de Gás Natural cujo preço é denominado em JKM. A instabilidade no preço do JKM levou à decisão de firmar contratos a termo de JKM, que se iniciaram em novembro de 2021 e deverão reduzir a volatilidade atribuível às flutuações de preço do JKM. A cobertura da volatilidade dos preços das compras previstas de JKM está de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco aprovada pelo Conselho de Administração.
É importante ressaltar que a Companhia adota um intervalo de cobertura que visa sempre absorver eventuais oscilações de demanda de mercado, evitando qualquer posição overhedge e especulativa.
Dada a existência da relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities correspondem aos termos do contrato de compra de Gás Natural (termos críticos). A Companhia estabeleceu um índice de cobertura de hedge de 1:1 para as relações de hedge, já que o risco subjacente dos contratos a termo de JKM são idênticos aos componentes de risco protegidos.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía em aberto 42 contratos de SWAP, com valor nocional total de R$754.088, com vencimentos entre julho de 2022 a novembro de 2025.

b. Risco de USD e Hedge das operações de Swap

As operações de SWAP de USD para R$, remuneradas a uma taxa de juros fixa mais variação do IPC-A, farão uma relação de hedge entre o agregado da exposição para JKM denominado em USD e os Swaps para R$ mais juros.

Da mesma forma como ocorrido na designação dos NDFs de JKM, como os Swaps são vinculados, existe uma relação econômica entre os itens protegidos por hedge e os instrumentos de hedge, uma vez que os termos dos contratos a termo de commodities correspondem aos termos do contrato de compra de Gás Natural (termos críticos). Da mesma forma, para testar a efetividade do hedge, a Companhia usa o método qualitativo, observando os termos críticos da operação.
Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía em aberto 42 contratos de SWAP, com valor nocional total de R$754.088, com vencimentos entre julho de 2022 a novembro de 2025.

c. Operações em aberto (não liquidadas)

Os instrumentos financeiros de hedge da Companhia são contabilizados de acordo com os saldos apurados entre débitos e créditos (ativos e passivos). O impacto do hedge no balanço está demonstrado conforme a tabela abaixo:

	Classificação do *hedge (a)*	**Valores nominais**
		31.12.2021
JKM	FV	**89.405**
Moeda estrangeira	CF	**-**
		89.405

(a) CF: Cash Flow Hedge - Hedge de fluxo de caixa | FV: Fair Value Hedge - Hedge de valor justo

Para as operações em aberto, a Companhia efetuou o cálculo do valor de mercado - MTM (mark-to-market). A Companhia adota para cálculo do valor justo a curva futura de mercado publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto. O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

	Valor justo	
	Classificação do *hedge* (a)	***Hedge ativo***
		31.12.2021
JKM	FV	85.594
Moeda estrangeira	CF	13790
Total		**99.384**
Circulante		**-**
Não Circulante		**99.384**

Os ajustes referentes aos contratos em aberto foram registrados conforme tabela abaixo:

	Saldos reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial
Hedge	**31.12.2021**
JKM	85.594
Moeda estrangeira	13.790
Saldo final	**99.384**
Saldo final líquido de impostos	**65.593**

d. Análise de sensibilidade dos derivativos

De acordo com a Deliberação nº 604/09 da CVM, a Companhia adotou três cenários para análise de sensibilidade.

O cenário provável foi calculado baseado no valor de mercado que utiliza a curva futura publicada pela Bloomberg no último dia útil de cada mês, revalorizando mensalmente todas as operações em aberto.

O cálculo considera o valor futuro de cada operação trazido a valor presente considerando a taxa de juros de mercado para cada prazo negociado.

As cotações adotadas para o cenário provável foram as mesmas as divulgadas em 28 de fevereiro de 2022. Para o cálculo das operações de JKM e SWAP, foi considerada nos cenários possíveis e remotos a redução no preço de commodities de 25% e 50%, respectivamente, nos preços futuros das curvas futuras utilizadas no cenário provável.

A tabela abaixo demonstra os ajustes das operações de derivativos:

		FEV_22		
	Risco	**No cenário Provável**	**No cenário Possível**	**No cenário Remoto**
Posição ativa			25%	50%
JKM	Queda do preço das commodities	442.624	553.280	719.264
Hedge de moeda	Queda da moeda	(50.707)	(63.384)	(82.399)

Ressalta-se que os instrumentos de derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção à exposição e os efeitos dos resultados das operações financeiras são acompanhados dos resultados inversos, no mesmo montante, das atividades operacionais da companhia, uma vez que a Companhia e suas controladas apresentam alto grau de efetividade em suas operações com derivativos.

e. Exposição

A tabela abaixo demonstra o efeito esperado das liquidações das operações de *hedge* quando dos seus vencimentos, considerando o seu valor justo, conforme cenário provável descrito no item Análise de Sensibilidade:

	2022	**2023**	**2024**	**2025**
EBITDA - Fechamento Contrato Hedge	18.210	18.855	22.128	22.504
EBITDA - 80%	18.854	19.168	21.037	21.007
EBITDA - Data Base 09.03.22	19.268	20.021	21.879	22.021
EBITDA - 120%	19.681	20.786	22.713	23.017

14 Imobilizado

O imobilizado de máquinas, equipamentos e edificações é depreciado considerando a vida-útil econômica dos bens limitado ao prazo de autorização de 33 anos, considerando que não haverá reversão dos bens ao final do prazo de autorização para o poder concedente. Os móveis e utensílios e veículos são depreciados a 10% e 20%, respectivamente.

Em milhares de Reais	**Terrenos**	**Edificações**	**Máquinas e equipamentos**	**Moveis e utensílios**	**Veículos**	**Outros (a)**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	400	84.739	330.744	915	1.291	2.020	420.109
Adições	-	-	11	57	-	790	858
Baixa	-	-	(1.410)	(41)	-	(4)	(1.455)
Transferências	-	610	1.258	97	-	(1.965)	-
Saldo em 31 de Dezembro 2020	**400**	**85.349**	**330.603**	**1.028**	**1.291**	**841**	**419.512**
Adições	-	-	18.427	-	-	103.830	122.257
Baixa	-	-	(5.341)	-	(248)	-	(5.589)
Transferências	-	37	1.094	(98)	-	(1.032)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**400**	**85.386**	**344.783**	**930**	**1.043**	**103.639**	**536.180**

Depreciação acumulada

Em milhares de Reais	**Terrenos**	**Edificações**	**Máquinas e equipamentos**	**Moveis e utensílios**	**Veículos**	**Outros**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	23.116	86.451	456	1.183	-	111.206
Depreciação	-	2.597	10.072	101	55	-	12.825
Alienações	-	-	(1.345)	(27)	-	-	(1.372)
Saldo em 31 de Dezembro 2020	**-**	**25.713**	**95.178**	**530**	**1.238**		**122.659**
Depreciação	-	2.613	11.469	98	23	-	14.203
Alienações	-	-	-	-	(248)	-	(248)
Transferência	-	-	52	(52)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**28.326**	**106.699**	**576**	**1.013**	**-**	**136.614**
Em 31 de dezembro de 2020	**400**	**59.636**	**235.425**	**498**	**53**	**841**	**296.853**
Em 31 de dezembro de 2021	**400**	**57.060**	**238.083**	**354**	**30**	**103.639**	**399.566**

(a) Registrados em curso os gastos para a ampliação da usina termelétrica. O projeto é composto pela adição de 4 unidades geradoras a gás natural. O custo estimado para a ampliação é de R$240.000.

15 Intangível

Refere-se a servidões negociadas para instalação da UTE Linhares cuja amortização é limitada ao prazo de concessão e refere-se também a softwares que são depreciados a 20%.

Em milhares de Reais	Nota	Servidão	Software	Software (em Curso)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020		3.265	1.024	-	4.289
Adições		-	36	9	45
Transferência		- 489	-	489	-
Provisão de Contingência	26	5.835	-	-	5.835
Saldo em 31 de dezembro 2020		**8.611**	**1.060**	**498**	**10.169**
Adições		-	2	11	13
Transferência		-	9	(9)	-
Provisão de Contingência	26	639	-	-	639
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**9.250**	**1.071**	**500**	**10.821**

Amortização acumulada

Em milhares de Reais	Nota	Servidão	Software	Software em Curso)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020		-	957	-	957
Adições		-	50	-	50
Saldo em 30 de dezembro de 2020		**-**	**1.007**	**-**	**1.007**
Adições		-	25	-	25
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**-**	**1.032**	**-**	**1.032**
Em 30 de dezembro de 2020		**8.611**	**53**	**498**	**9.162**
Em 30 de dezembro de 2021		**9.250**	**39**	**500**	**9.789**

16 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Energia	772	567
Óleo	401	-
Manutenção	2.439	3.667
Gas Canalizado	53.138	27.752
Outros	4.245	6.158
	60.995	34.477

17 Debêntures

Em novembro de 2012, a Companhia fez a emissão de debentures não conversíveis em ações no montante de 220.000, atualizadas pelo IPCA mais remuneração de 7,25% ao ano.

2021

	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal histórico	Saldo atualizado
1ª série	16.02.2024	511	100	51.100	28.872
2ª série	16.05.2024	522	100	52.200	28.856
3ª série	16.08.2024	538	100	53.800	28.471
4ª série	16.11.2024	629	100	62.900	28.501
		2.200		220.000	114.700

	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros	Total
Debêntures emitidas	7,25% + IPCA	114.350	350	114.700

Circulante	38.727
Não circulante	75.973
	114.700

2020

	Vencimento	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor nominal histórico	Saldo atualizado
1ª série	16.02.2024	511	100	51.100	34.849
2ª série	16.05.2024	522	100	52.200	34.883
3ª série	16.08.2024	538	100	53.800	34.527
4ª série	16.11.2024	629	100	62.900	34.545
		2.200		220.000	138.804

	Taxa anual de juros a.a.	Valor original	Juros	Total
Debêntures emitidas	7,25 + IPCA	138.419	385	138.804

Circulante	35.259
Não circulante	103.545
	138.804

O montante registrado no longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento.

Vencimentos	31/12/2021
2023	45.757
2024	30.216
	75.973

a. Movimentação das debentures no exercício

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	138.804	166.824
Adição		
Atualização	12.423	5.921
Juros	8.862	10.593
(-) Dedução		
Amortização do Principal	(36.492)	(33.863)
Juros	(8.897)	(10.671)
	114.700	138.804

b. Garantias

As debêntures possuem as seguintes garantias reais: (a) alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Companhia por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Móvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, (b) alienação fiduciária de bem imóvel de propriedade da Companhia, por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel em Garantia e Outras avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário e (c) cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrentes da exploração da autorização emitida por intermédio do Ministério de Minas e Energia por meio da Portaria no 13 de 16 de janeiro de 2008, que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normais legais e regulamentares aplicáveis, incluindo, sem limitar : (a) todos os direitos creditórios e quaisquer recursos, atuais ou futuros, decorrentes dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR celebrados pela Companhia e (b) todos os direitos, presentes e futuros, detidos pela Emissora em relação a conta vinculada na qual serão depositados os direitos creditórios acima referidos, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Direitos Emergentes da Autorização em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado, entre a Companhia e o Agente Fiduciário (Pentágono S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários).

(i) Cláusulas restritivas as debentures

O índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, que fora atendido em 31 de dezembro de 2021.

18 Partes Relacionadas

Através da AGE de 11/03/2021 foi deliberado a redução de capital no valor de R$40.000, dos quais R$30.000 liquidados no exercício de 2021 e R$10.000 a ser liquidado em 2022.

19 Empréstimos

Em outubro de 2020, a Companhia emitiu a cédula de crédito bancário no valor de R$40.000, atualizados pelo CDI mais remuneração de 2,70% a.a. Por outro lado, foi efetuado um SWAP atualizado pelo IPCA mais remuneração de 4,90% a.a.

Taxa anual de juros a.a.	**Moeda Nacional**	**31/122021**	**31/12/2020**
CDI + 2,70% a.a.	40.000	36.769	40.451
DI/CETIP + 1,20% a.a.	150.000	151.435	-
		188.204	**42.908**

	31/122021	**31/12/2020**
Passivo Circulante	154.410	6.004
Não Circulante	33.794	36.904
	188.204	**42.908**

O montante registrado no longo prazo, tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimentos	**2021**
2023	6.726
2024	12.726
2025	14.342
	33.794

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

		Aquisições			**Amortização**		
Empréstimo	**31/12/2020**	**Principal**	**Juros Ativo**	**Despesa de juros**	**Principal**	**Juros**	**31/12/2020**
Banco Itaú (a)	42.908			2.604	(6.000)	(2.743)	36.769
BTG Pactual (b)	-	150.000	1.435		-		151.435
	42.908	150.000	1.435	2.604	(6.000)	(2.743)	188.204

(a) Empréstimo com a vigência até 05/2025 e amortizações trimestrais.
(b) Empréstimo de curto prazo, vigência até 05/2022.

a. Garantias

- Alienação Fiduciária de Imóveis;
- Alienação Fiduciária de Ações;
- Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos;
- Cessão Fiduciária de Direitos creditórios.

b. Covenants financeiros

Devido a esse financiamento, a Companhia fica obrigada a cumprir os seguintes índices:

- O índice de cobertura do serviço da dívida deverá ser igual ou superior a 1,2;

- O caixa deverá ser de no mínimo a R$16.000 (dezesseis milhões de reais) da data de emissão até 30/12/2024 e a partir de 31/12/2024 até a liquidação do saldo devedor, o caixa deverá ser o equivalente a no mínimo R$25.000 (vinte e cinco milhões de reais).

20 Imposto de renda e contribuição social diferido

Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação do ativo imobilizado	51.673	47.812
Ajuste decorrente de hedge	33.791	-
	85.464	**47.812**

a. Efeitos no resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	145.209	67.852
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	49.371	23.070
Bônus e gratificações	225	(124)
Outros	116	59
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	49.712	23.005
Lucro de exploração (a)	(23.312)	(10.481)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	26.400	12.524
Alíquota Efetiva	18%	18%

(a) Reserva constituída pelo lucro da exploração, conforme benefício de redução de 75% de alíquota do imposto de renda e adicionais não restituíveis, conforme laudo Constituído nº 0067/2011 da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

21 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apresenta o Capital Social de R$70.558. Pela AGE de 03 de março de 2021 o Capital Social foi reduzido em R$40.000. O novo Capital Social é composto pela divisão de 11.411.632 ações ordinárias nominativas, integralmente controlada pela Linhares Brasil Energia Participações S/A.

a. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendos obrigatórios.
- Após qualquer retenção prevista no orçamento anual, o saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Conforme definido pela Escritura de Debêntures, qualquer valor distribuído aos acionistas que seja superior aos 25% dos dividendos obrigatórios, deverá ser autorizado pelos detentores das debêntures se a Companhia esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas na escritura.

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do Exercício	**118.809**	**55.328**
Constituição de Reserva Legal (5%)	-	2.766
Reservas de Incentivos Fiscais	23.312	10.481
Base de Cálculo dos Dividendos	**95.497**	**42.081**
Dividendos Intercalares	24.144	2.750
Dividendos mínimos obrigatórios	23.874	7.770
Dividendos Adicionais Propostos	**47.479**	**31.561**

(i) Reserva de capital

A reserva de capital refere-se ao ágio na emissão de 400.000 ações ordinárias no exercício de 2009.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(iii) Outros Resultados Abrangentes

São constituídos pelo valor presente do hedge de fluxo de caixa negociados para a proteção de contrato de compra futura do gás natural a ser utilizado na operação de geração de energia.

(iv) Dividendos mínimos obrigatórios

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou o valor mínimo de dividendos obrigatórios, e um valor adicional, pois deliberou no exercício os dividendos intercalares superiores ao obrigatório previsto pela legislação.

(v) Dividendos adicionais

A Companhia destinou em 31 de dezembro de 2021 R$47.479 (em 31 de dezembro de 2020 R$31.561) como dividendos adicionais.

(vi) Dividendos Pagos:

Os dividendos intercalares pagos nos exercícios de 2021 e 2020 foram aprovados pelo Conselho de Administração conforme abaixo:

2021

	Dividendos Intercalares	Dividendos Adicionais	Total
Saldo inicial	-	7.770	7.770
Adição	48.018	31.561	79.578
Liquidados	(48.018)	(39.331)	(87.349)
Saldo final	-	-	-

2020

	Dividendos Intercalares	Dividendos Adicionais	Total
Saldo inicial	-	4.318	4.318
Adição	2.750	7.770	10.520
Liquidados	(2.750)	(4.318)	(7.068)
Saldo final	-	7.770	7.770

A Companhia efetuou a liquidação dos valores acima com base nas atas a seguir:

2021

	Descrição	**Pagamento**	**Valor**
RCA de 10 de março de 2021	Deliberação de dividendos -2020	Jan./21	27.741
RCA de 10 de março de 2021	Deliberação de dividendos - 2020	Abr./21	7.414
RCA de 10 de Março de 2021	Deliberação de dividendos -2020	Abr./21	4.176
RCA de 19 de Abril de 2021	Dividendos intercalares	Abr./21	16.018
RCA de 18 de Outubro de 2021	Dividendos intercalares	Out./21	32.000
			87.349

2020

	Descrição	**Pagamento**	**Valor**
RCA de 02 de março de 202	Deliberação de dividendos – 2019	Set./20	4.318
RCA de 25 de Agosto de 2020	Dividendos intercalares	Set./20	2.750
			7.068

22 Receita líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilização de energia (Receita fixa)	94.320	89.761
Comercialização de energia (Receita variável) (a)	626.131	331.693
Outras receitas	632	1.165
Suprimento de Energia Elétrica	(573)	(868)
	720.510	421.751
Impostos sobre serviços	(67.814)	(39.463)
Encargos do consumidor	(6.479)	(3.800)
	646.217	378.488

(a) Em 2021, em função da redução dos níveis de água nos reservatórios das hidrelétricas, as termelétricas foram despachadas pela ONS (Operador Nacional de Serviço). Portanto, a LGSA teve um acréscimo significativo de suas operações, tendo a necessidade de adquirir mais gás natural para atender a demanda.

23 Custos dos serviços prestados

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(18.743)	(17.010)
Administradores	(706)	(621)
Material	(18.246)	(12.144)
Serviços de terceiros	(14.593)	(20.095)
Taxa de fiscalização	(674)	(623)
Depreciação	(13.096)	(12.760)
Aluguéis	(157)	(110)
Compra de Gás (a)	(411.101)	(222.425)
Impostos	(807)	(514)
	(478.123)	(286.302)

(a) Em 2021, em função da redução dos níveis de água nos reservatórios das hidrelétricas, as termelétricas foram despachadas pela ONS (Operador Nacional de Serviço). Portanto, a LGSA teve um acréscimo significativo de suas operações, tendo a necessidade de adquirir mais Gas natural para atender a demanda.

24 Despesas Gerais e Administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(3.203)	(2.415)
Administradores	(540)	(496)
Material	(167)	(124)
Serviços de terceiros	(2.210)	(1.690)
Aluguéis	(168)	(158)
Depreciação	(41)	(32)
Outros	-	(47)
	(6.329)	(4.962)

25 Resultado Financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas financeiras		
Juros de debentures	(8.862)	(10.593)
Atualização monetária de debentures	(12.423)	(5.920)
Atualização monetária empréstimo	(2.577)	(451)
Comissão sobre fiança	(229)	(242)
Comissão sobre SWAP	(142)	(36)
Marcação a mercado de Hedge	(27)	(2.457)
Outras	(1.125)	(836)
	(25.385)	(20.535)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação	1.910	1.139
Marcação a mercado (MTM) de Hedge	112	13
	2.022	1.152
Resultado financeiro líquido	(23.363)	(19.383)

26 Honorários dos administradores

O total pago, no exercício de 2021, referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia foi de R$1.038. No exercício de 2020 o total foi de R$942.

27 Contingências

A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na posição de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável	II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível	III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto
São constituídas provisões.	As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.	Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

Provável

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes causas com classificação de provável:

a. Ação de instituição de servidão administrativa, onde a Companhia requer a concessão de liminar para que seja emitida provisoriamente na posse do imóvel da Ré, que foi declarado de utilidade pública, com o objetivo de construir e implantar linhas de transmissão, ligando a UTE Linhares e a Subestação Linhares I e a constituição da servidão administrativa no imóvel da Ré. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia tem registrado o valor de R$5.656 (em 31 de dezembro de 2020 R$5.097).

b. Ação de instituição de servidão administrativa, onde a Companhia requer a concessão de liminar para que seja emitida provisoriamente na posse do imóvel da Ré, que foi declarado de utilidade pública, com o objetivo de construir e implantar linhas de transmissão, ligando a UTE Linhares e a Subestação Linhares I e a constituição da servidão administrativa no imóvel da Ré. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia tem registrado o valor de R$818 (em 31 de dezembro de 2020 R$738).

Possível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía as seguintes causas possíveis:

a. Ação ordinária da Construtora Sucesso S/A ingressada para cobrar débitos de prestação de serviço para Linhares Geração S/A, os quais estão inclusos redução da alíquota de tributos, bônus de desempenho, serviços extras, custas processuais e honorários de sucumbência totalizando R$36 (em 31 de dezembro de 2020 R$4.785). A Companhia entende que as condições estabelecidas do contrato de prestação de serviço foram atendidas.

b. Ação ordinária, contraparte a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) por contestação ao cálculo do tempo de indisponibilidade da Usina que era calculado com base na média dos valores mensais apurados nos últimos 60 meses e passou a ser feito com base horária. Foi proferida decisão deferindo a liminar pleiteada para que o cálculo da indisponibilidade da Usina seja feito na forma da Resolução ANEEL n° 169/2005, substituída pela Resolução ANEEL n° 614/2014, devendo tal cálculo ser realizado considerando a média dos valores mensais apurados, relativos aos 60 meses imediatamente anteriores. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente R$100 (R$45.864 em 2020) referente aos valores calculados até 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

c. Ação trabalhista movida por ex-funcionário da Companhia, com pedido de retificação da CTPS do autor para o cargo de técnico mecânico de manutenção II, de diferenças salariais decorrentes de alegada equiparação salarial e de honorários advocatícios. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia tem o valor de R$171 (em 31 de dezembro de 2020 R$171).

d. Ação de instituição de servidão administrativa, onde a Companhia requer a concessão de liminar para que seja emitida provisoriamente na posse do imóvel da Ré, que foi declarado de utilidade pública, com o objetivo de construir e implantar linhas de transmissão, ligando a UTE Linhares e a Subestação Linhares I e a constituição da servidão administrativa no imóvel da Ré. Em 31 de dezembro de 2021 o valor é de R$499.

28 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros era composta de :

Risco	**Vigência**	**Importância segurada**
Responsabilidade Civil	30/06/2021 a 30/06/2022	R$35.000.000
Riscos Ambientais	06/09/2021 a 06/09/2022	R$10.000.000
Riscos Operacionais	08/05/2021 a 08/05/2022	USD$85.173.119
Veicular	02/05/2021 a 24/09/2022	Diversos veículos com 100% tabela FIPE

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Édina Maria Andrade
Contadora
CRC/RJ 082.615/O-6